



PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO N. 3382/2023

PROJETO DE LEI N. 378/2023

AUTORIA: VEREADOR DR. WILLIAM MIRANDA

ASSUNTO: REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS À SOLTURA DE PIPAS, OS PIPÓDROMOS.

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise técnica acerca do Projeto de Lei n. 378/2023 de autoria do ilustre Vereador Dr. William Miranda, que busca autorização do Legislativo Municipal para criação do Projeto de Lei que: **REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS À SOLTURA DE PIPAS, OS PIPÓDROMOS.**

A propositura devidamente protocolizada e disseminada a presente **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**, para análise e parecer quanto a constitucionalidade e legalidade, com fundamento artigo 64, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Nestes termos, a presente Comissão aponta a matéria abordada de interesse público, o qual passa analisar juridicamente a iniciativa da presente propositura.

Ressalta-se que ao apresentar um “projeto de lei” passa sempre pela comprovação dos requisitos constitucionais e legais para a sua regular tramitação, sendo assim conforme as observações passa a seguir:

Com base no artigo 30, inc. I, e II, da Constituição Federal, do artigo 28, inc. I, e II da Constituição Estadual e do artigo 30, inc. I, e II, e 99, inc. XIV, da Lei Orgânica Municipal, todos presentes que asseguram a competência da Câmara Municipal para





legislar acerca dos contextos de interesse local, conforme a legislação federal e estadual.

De acordo com a **Constituição Federal**:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 28. Compete ao Município:

I – legislar sobre assunto de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SERRA

Art. 30. Compete ao Município da:

I– legislar sobre assuntos de interesse local;

II– suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

Art. 99. Compete a Câmara, com a sanção de Prefeito:

XIV – legislar sobre assuntos de interesse local.

O Projeto de Lei que institui regulamenta a utilização de espaços públicos destinados à soltura de pipas. No entanto, alguns aspectos do projeto necessitam de revisão para assegurar sua conformidade com a legislação vigente.

Especificamente, o art. 7º do projeto parece ultrapassar a competência legislativa dos vereadores, pois trata de questão relacionada à organização administrativa e à estruturação de órgãos públicos do Poder Executivo. Conforme estabelecido no artigo 143 da Lei Orgânica do Município, tais matérias são de iniciativa privativa do Prefeito.

Portanto, recomenda-se a revisão do art. 7º para garantir que não haja invasão de competências e que o projeto esteja em conformidade com a Lei Orgânica do Município. Quanto aos demais aspectos do projeto, não há óbices à sua tramitação.





III – CONCLUSÃO

Após uma análise detalhada e consideração dos aspectos jurídicos relevantes, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final conclui que o Projeto de Lei nº 378/2023 pode prosseguir. No entanto, é necessário revisar o art. 7º do projeto para garantir sua conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Considerando os fundamentos apresentados, a Comissão encaminha o projeto para continuidade de sua tramitação legislativa, enfatizando a relevância de sua discussão e eventual ajuste no âmbito da Câmara Municipal.

Serra/ES 11 de abril de 2024

DR. WILIAM MIRANDA
VICE-PRESIDENTE

WILIAN SILVAROLI
PRESIDENTE
RELATOR

SERGIO PEIXOTO
SECRETÁRIO

